

A ESCOLA DE BELAS ARTES DE PELOTAS (1949-1972): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Clarice Rego Magalhães – membro do CEIHE¹
claricemagalhaes@terra.com.br

Giana Lange do Amaral – Profª do Depto. de Fundamentos da Educação da
FaE/UFPEL giana@ufpel.com.br

RESUMO

Este texto é uma parte da dissertação intitulada “A Escola de Belas Artes de Pelotas: da Fundação à Federalização (1949-1972) – uma contribuição para a História da Educação em Pelotas”. Trata das primeiras aproximações ao tema da pesquisa: primeiramente, aborda o uso das fontes, esclarecendo os procedimentos teórico-metodológicos adotados, que respaldam o trabalho. Em um segundo momento, apresenta o início da narrativa histórica, relatando as primeiras providências tomadas e os principais “atores” no processo que culminou com a fundação da Escola de Belas Artes.

Palavras-chave: história da educação; história das instituições educativas

INTRODUÇÃO

Este texto faz parte da dissertação de mestrado intitulada “A Escola de Belas Artes de Pelotas: da Fundação à Federalização (1949-1972) – uma contribuição para a História da Educação em Pelotas”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

A Escola de Belas Artes de Pelotas originou o atual Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas (IAD/UFPEL).

No momento da realização do trabalho, que se seguiu à fase de coleta das fontes, as questões que se impunham eram: como fazer bom uso desse material e como deveria ser empreendida a narrativa histórica?

¹ Centro de Estudos e Investigações em História da Educação da UFPEL

Apresentamos a seguir um relato sobre o uso das fontes nessa pesquisa, ou seja, aspectos teórico-metodológicos que respaldaram este estudo, resultado do investimento na busca de saberes sobre a pesquisa histórica. Apresentamos também a narrativa da parte inicial da trajetória histórica da Instituição: o processo de criação do curso, abordando seus antecedentes, “atores” principais e acontecimentos significativos na sua gênese.

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O USO DAS FONTES

O estudo deu-se dentro da proposta teórica da História Cultural.

Ao realizar a narrativa histórica, no fundamental momento da escrita, tivemos em mente que, como Thompson (1992, p. 124) afirma, “a linguagem é instituinte e, portanto, a narrativa histórica não deveria desprezar esta sua dimensão construtiva”. E lembrando sempre que o passado, em sua totalidade, em sua multidimensionalidade, é inapreensível.

Para realizar este trabalho de abordagem histórica da Escola de Belas Artes como instituição de ensino de nível superior em artes plásticas, é necessário definir o que é uma instituição educativa. Segundo Flávia Werle (2002), instituições são unidades escolares espacialmente localizáveis com componentes identificáveis na memória coletiva, tais como as aspirações coletivas fundadoras e que, embora possa ter passado por reestruturações, por várias mantenedoras ou formas político-administrativas mantém um conjunto de elementos identificáveis referentes à base material e à base de gestão.

Já Sanfelice (2002) observa que as instituições escolares sempre foram portadoras de identidade dentro de um contexto social, com projetos pedagógicos reveladores e projetos educativos destinados a públicos específicos.

Para Magalhães (2000, p.23) as instituições são a condição, o meio e o fim da educação. São espaços em que o ensino é oferecido. Desenvolvem-se estabelecendo linhas de ação em conformidade com os objetivos e com os públicos a que se destinam. Magalhães acrescenta:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma

comunidade e de uma região. É, por fim, sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2)

E o que é uma instituição educativa abordada a partir de um referencial historiográfico? Segundo Justino Magalhães,

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. As instituições educativas são projectos arquitectados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (MAGALHÃES, 1996, p.6)

Trataremos, agora, do uso das fontes. Como se sabe, as fontes são a matéria-prima para a construção da narrativa histórica; sem fontes, não há historiografia. É muito importante, contudo, ter precauções ao lidar com as fontes: não podemos ter a ingenuidade de acreditar na sua objetividade. O documento não pode ser tomado em si mesmo, mas sim, no processo de análise, deve ser criticado, relativizado.

Segundo Ragazzini (2001, p.14), “a identificação, o uso e a interpretação das fontes são elementos constituintes do carácter e da qualidade da pesquisa, além de portarem a identidade e a autocompreensão da pesquisa histórica”. As fontes precisam da abordagem do historiador para que possam “falar”. Devemos saber como transformar estas fontes em historiografia, pois:

as fontes não falam *per se*. São vestígios, testemunhos que respondem - [...] - às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados (*accertabilità*) sobre o passado. (RAGAZZINI, 2001, p. 14)

Ragazzini afirma ainda, quanto às fontes, que elas permitem encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Diz também que para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: “não basta olhar, é necessário ver”. E que “para

reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais” (RAGAZZINI, 2001, p.14).

Para a realização desta dissertação de mestrado, as fontes utilizadas foram de dois tipos: escritas e orais. Isso em função de que as fontes escritas existentes deixavam muitas lacunas, que poderiam ser preenchidas pelas entrevistas. A respeito, Lucília Delgado afirma que História Oral e pesquisa documental caminham juntas e se auxiliam de forma mútua: “A relação história oral e pesquisa documental é bidirecional e complementar” (DELGADO, 2006, p. 25). No caso específico desta pesquisa, que se propõe a estudar a fase germinal de uma escola fundada em 1949, a possibilidade de as entrevistas esclarecerem as lacunas deixadas pelos documentos ainda é grande, pois estão vivas pessoas que estiveram presentes e participaram deste processo desde o seu início.

As fontes escritas que são utilizadas nesta pesquisa têm três origens principais: arquivo de instituição, periódicos da época e arquivo particular.

Le Goff lembra que todo o registro é fruto de um contexto e não é possível analisá-lo de forma isolada; está imerso em uma realidade que precisa ser compreendida, em determinadas *condições de produção*:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996, p. 545)

Há também, neste arquivo institucional, documentos institucionais *oficiais* que, sendo

...de natureza eminentemente descritivo-interpretativa que, por terem sido elaborados por uma autoridade instituída para tanto, adquirem um poder de construção da história institucional na dimensão de presentificação do passado ausente, com autoridade inquestionada e diferenciada, funcionando quase como a instituição em si, a verdade, a história que realmente foi, a expressão real da história daquela instituição escolar. (WERLE, 2002, p.3)

Além de documentos institucionais, foram utilizados periódicos que circulavam na cidade: São jornais diários, o Diário Popular, A Opinião Pública e Jornal da Tarde.

Como afirma Maria Helena Câmara Bastos em trabalho que versa sobre a imprensa e a história da educação,

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação. (BASTOS, 2002, p. 153)

Esses periódicos permitem, além da pesquisa sobre a instituição em si, conhecer melhor o contexto social, cultural, econômico e político que proporcionou o nascimento e desenvolvimento desta instituição. É importante ressaltar que os periódicos são, também, especialmente úteis para se conhecer as relações instituição-comunidade.

A utilização de jornais diários como fonte na pesquisa histórica é um procedimento complexo, que exige conhecimento do contexto, das condições histórico-sociais e políticas em que foram produzidos estes documentos para não correr o risco de fazer uma descrição ingênua, sem a consciência de todo um “não-dito” implícito. Sobre os cuidados necessários no trabalho com impressos, Bastos esclarece:

Cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Esta desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis. (BASTOS, 2002, p. 153)

Além do acervo da própria instituição e dos periódicos, há outro acervo ao qual tivemos acesso, que foi fundamental para a realização dessa pesquisa: o acervo particular da família de D. Marina de Moraes Pires, fundadora da Escola. A neta de D. Marina permitiu a consulta a álbuns organizados pela própria avó, dois volumes de documentos que abarcam desde os antecedentes da fundação da escola até a sua federalização, exatamente o período que nos propusemos a estudar. Dessa forma tivemos acesso a uma fonte que é, sem dúvida, muito preciosa: trechos do diário pessoal de D. Marina nos quais ela relata os esforços, as movimentações, os êxitos e os fracassos na sua luta para dar a Pelotas a sua Escola de Belas Artes. Foi um momento de emoção o contato com estes trechos de diário onde D. Marina, que não tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente,

deixa registrados depoimentos, comentários tão vívidos e expressivos sobre aquele momento.

As entrevistas realizadas também foram muito importantes para a composição do trabalho. Thompson (1992), ao abordar o uso de fontes orais pelo historiador (história oral como instrumento de pesquisa e como fonte documental), começa dizendo que “na verdade, seria aconselhável começar pelo trabalho de campo. A experiência prática da história oral conduzirá, por si só, às questões mais profundas a respeito da natureza da história” Thompson (1992, p.9). O autor esclarece, também, que a utilização de entrevistas como fonte por historiadores profissionais vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos.

A História Oral, segundo Thompson (2002) e Delgado (2006) é um procedimento metodológico que registra uma narrativa. Cabe ao pesquisador atuar de maneira a garantir a cientificidade desta opção metodológica. A narrativa registrada a partir de fonte oral está alicerçada na memória. De acordo com Delgado:

a história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p. 15)

O peso da responsabilidade de empreender narrativa histórica a respeito da EBA é bastante aliviado quando se tem a consciência de que não se vai narrar a história da instituição, mas sim uma história da instituição, realizada em um determinado momento por um olhar específico. Werle esclarece este ponto:

assim, a História das Instituições Escolares é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e a seu contexto. Pode-se talvez imaginar que a intenção seja de alcançar a instituição em si, como se houvesse uma essência institucional a ser descrita. Isso, entretanto, é um equívoco. A história das instituições escolares se apresenta na forma como a organizamos, como “objetos fenomenais”, isto é, objetos como são vistos pelo sujeito que os descreve (Fourez, 1995, p.56), com suas interpretações, e em decorrência das suas possibilidades de construção como pesquisador. (WERLE, 2002, p.2)

Hoje, o historiador sabe que é impossível apreender a história em sua totalidade; ele vai fazer a sua parte, com as suas possibilidades, e dar a sua versão, o seu olhar.

Após a pesquisa em arquivos institucionais e particulares, em jornais e a realização de entrevistas (ou seja, a obtenção das fontes disponíveis, o material empírico), empreende-se sua análise, realizada segundo referenciais teóricos. Estes referenciais teóricos são oriundos da História Cultural (ou Nova História Cultural²).

Pesavento (2005, p. 15), reflete em sua obra sobre esta nova maneira de fazer história, afirmando que “Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, [...], é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura”. Trata-se de pensar a cultura como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”. Para a autora,

A cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já com um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2005, p. 15)

Para se empreender a narrativa histórica de uma instituição educacional há que se considerar, segundo Werle (2002, p. 5) que uma instituição é transpassada e constituída por *relações de poder*, vinculadas à figura de uma pessoa principal inaugural que nos primórdios da instalação da instituição contribuiu para criá-la, e a seus “herdeiros” que interpretam o ideário, aspirações e necessidades institucionais em diferentes momentos temporais:

fazer história institucional exige revisitar o projeto primitivo, a posição do fundador, aquele que lhe deu paternidade, retomar as formas de organização jurídica e material. A abordagem da dimensão institucional poderá evidenciar o conflito entre o instituído e os processos de institucionalização, os momentos, fases ou períodos em que a instituição tendeu a tornar-se um artefato, com funcionamento independente, destacando-se das propostas fundadoras. O jogo entre o instituído e o

²“Por vezes, se utiliza a expressão Nova História Cultural, a lembrar que antes teria havido uma velha, antiga ou tradicional História Cultural. Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da *belle époque*, que entendia a literatura – e, por extensão, a cultura – como o *sorriso da sociedade*, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito.” (PESAVENTO, 2005, p. 14)

instituinte, a totalidade em organização, os processos de estruturação e não apenas o estruturado, esses, os desafios a enfrentar no empenho de compor narrativas referentes à história das instituições escolares. (WERLE, 2002, p.5)

Werle (2002, p. 2) também destaca um conceito muito importante, que é o da narrativa histórica como *representação*: “a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresenta na dimensão de representação, de uma versão da história institucional”. A idéia de representação é a de substituição. Representar é estar no lugar de, é um apresentar de novo.

Neste trabalho é abordada a questão da identidade. Novamente a contribuição de Werle (2002, p. 12), que diz que empreender uma narrativa acerca da história de uma instituição de ensino pode, certamente, “ser um fator construtor da *identidade* da instituição, uma forma de representá-la objetivando um certo olhar sobre si mesma”. Justino Magalhães (1996, p.1) ressalta a importância de uma “abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas”.

Finalizamos lembrando, então, que a interpretação das fontes, as teorias e metodologias adotadas para a compreensão do passado são momentos fundamentais no trabalho historiográfico. Passaremos a seguir à apresentação de parte da narrativa histórica propriamente dita, realizada com a organização, sistematização e exposição das informações obtidas sobre o tema proposto.

A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES DE PELOTAS

A História da Belas Artes é um pedaço da história cultural de Pelotas.
(DIÁRIO POPULAR, 15/mar/1964, p. 3)

Jantzen (1990) relata, em sua dissertação de mestrado sobre a Universidade Federal de Pelotas, a dificuldade de fazer uma “história social” da Escola de Belas Artes, diferentemente do caso do Conservatório de Música de Pelotas. Afirma que no caso do Conservatório eram explícitas as vinculações com as estruturas e pessoas vinculadas ao poder local. Diz ainda que no caso da EBA isso não é nem

um pouco evidente, ou pelo menos não facilmente revelado pelos poucos documentos disponíveis.

Com o presente estudo busca-se superar estas dificuldades, principalmente pela riqueza das fontes obtidas. Este aspecto fica bastante esclarecido, ou seja, as conexões dos fundadores da Instituição com o poder político local.

Citando Jantzen,

As parentelas pelotenses, descendentes da oligarquia agrária, sempre mantiveram representantes em posições de destaque em todos os estabelecimentos de ensino, especialmente naqueles que hoje integram a UFPEL. Se, indo um pouco mais adiante nessas considerações, assumirmos que os laços de consangüinidade são “mais fortes” do que outro tipo, uma segunda via de acesso ou participação nas instituições seria determinada por alianças entre grupos da mesma classe social. Esses têm identidade de interesses. As estruturas que produzem dentro da cultura em que se incluem funcionam até como “mediações” entre seus interesses, em diversos domínios. (JANTZEN, 1990, p. 155)

Poder-se-ia afirmar que, neste aspecto, a EBA não foge a esta regra. No processo de sua formação aparecem os mesmos nomes que constam nas estruturas de poder e de ensino de Pelotas.

Chamamos a atenção ao aspecto de que, pelo valor dado pela sociedade pelotense à cultura e, por conseguinte, às artes, seria de se esperar que a cidade possuísse uma escola de artes plásticas, e não o contrário. Porém, ia findando a primeira metade do séc XX e ainda não havia aqui o ensino formal do desenho, da pintura e escultura.

As coisas começaram a acontecer no ano de 1946. Foi D. Marina de Moraes Pires que começou efetivamente a trabalhar para que a cidade conseguisse ter a sua escola de artes. Ou seja, mesmo que a fundação do curso fosse uma demanda da sociedade de um modo geral, não há dúvida de que a ação individual fez a diferença. Trazemos o pensamento de Elias a respeito deste aspecto:

A interpretação da singularidade de um acontecimento, objeto da historiografia, demanda a investigação e análise da figuração social dos indivíduos, suas relações e redes de interdependência, de modo a permitir a compreensão de sua existência singular e a dinâmica de mudanças e rupturas. (ELIAS, 1994, p.143)

O poder público municipal, na pessoa do prefeito, Dr. Procópio Duval Gomes de Freitas, dá apoio à iniciativa. Assim, em julho de 1946, D. Marina viaja ao Rio de Janeiro portando ofício³, assinado pelo prefeito, destinado ao Ministro da Educação da época, Dr. Ernesto de Souza Campos. A presença de D. Marina na capital tinha como objetivo conseguir, junto ao ministro, apoio no sentido de “conseguir junto ao governo federal a concessão de uma Escola de Belas Artes para Pelotas, nos moldes das escolas congêneres do País”, conforme o documento.

Justificando a pretensão, no documento acima referido consta que a criação do curso corresponde a um justo desejo dos pelotenses, pois “a pintura e a escultura continuam sem orientação eficaz, muito embora Pelotas possa apresentar artistas importantes como Leopoldo Gotuzzo, Adail Bento Costa e Antônio Caringi”. E, diferentemente da música e do canto, que são atendidos pelo Conservatório de Música, a cidade não possuía uma instituição de ensino que contemplasse as artes plásticas. É alegado que a cidade é ponto de convergência de vasta zona do estado, onde grande número de moços vem procurar aprimoramento intelectual, e que muitas vocações perecerão na falta de tal instituição.

Em agosto chega a resposta do ofício encaminhado ao ministro⁴. Note-se que esta correspondência é dirigida ao prefeito, enviada para a prefeitura. Entretanto neste documento há, escrita pelo próprio punho do Dr. Procópio, mensagem enviando-o para D. Marina, em seu endereço residencial⁵. Com isto comprova-se que mais do que à prefeitura, é à D. Marina que diz respeito esta resposta.

Neste documento é comunicado que a criação de escolas de ensino superior é regulada pelo decreto-lei nº 421⁶, e é necessária autorização prévia do Governo Federal para que entrem a funcionar:

A autorização deverá ser solicitada ao Ministro de Estado da Educação e Saúde e deverá o requerimento ser acompanhado de documentação que prove a satisfação das exigências do artigo 4º do referido decreto-lei, que são: 1- prova de personalidade jurídica: certidão de registro da sociedade em cartório e estatutos da sociedade; 2- prova de capacidade financeira:

³Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Pelotas, Ofício nº 601/66, 1º de julho de 1946

⁴ Documento nº 417, de 5 de agosto de 1946, assinado por Roberval Carneiro de Freitas

⁵ “Para D. Marina Pires, rua Dr. Berchon nº 2. Em 26.8.46. Procópio G Freitas.”

⁶ Decreto-lei de 11/05/1938, publicado no Diário Oficial de 12/05/1938, modificado pelo decreto-lei nº 2076 de 08/03/1940, publicado no Diário Oficial de 11/03/1940.

balanço (ativo, passivo, demonstração de contas com despesas gerais e lucros e perdas); 3- edifícios e instalações: planta baixa e fotografias do edifício e relação do material didático; 4- relação do material escolar e de secretaria; 5- relação do pessoal (diretor, secretário, tesoureiro e contador, sendo que este deve ser registrado na D.E.C.); 6- regimento interno da escola; 7- curriculum vitae do corpo docente; 8- limite de matrícula para cada série; 9- condições culturais da localidade; 10- real necessidade do curso.

Não sendo possível satisfazer todas as exigências, no ano seguinte (agosto de 1947) outra tentativa foi feita por D. Marina, desta vez junto à Secretaria da Educação e Cultura do estado.

O Dr. Waldemar Lubke, secretário da Escola de Belas Artes de Porto Alegre, aconselha fundar em primeiro lugar um Curso Preparatório para a Escola de Belas Artes de Pelotas, até que se conseguisse preencher todos os requisitos necessários.

Em 31 de dezembro de 1947, D. Marina e D. Osmânia Vinhas de Campos foram portadoras de carta, enviada pelo então deputado estadual Dr. Duval, ao Secretário de Educação e Cultura Dr. Eloy da Rocha, pedindo apoio à criação do curso.

Em 12 de janeiro de 1948 um plano foi feito (a prefeitura entraria com o prédio e o material e o estado com o corpo docente) e enviado à Secretaria a pedido de Dr. Enio de Freitas e Castro.

Já em 1949, sem solução alguma de parte do Estado, com a promessa de pequeno auxílio feita pela prefeitura, o curso é criado em caráter particular.

Não podemos deixar de mencionar, neste processo, a participação da figura importante do pintor italiano Aldo Locatelli, que, em janeiro de 1949, convidado por Dona Marina, aceitou ministrar aulas no curso que ela pretendia formar⁷. A

⁷ Aldo Locatelli veio para o Brasil em 1948, diretamente a Pelotas, a convite do Bispo Dom Antonio Zattera, para pintar a Catedral São Francisco de Paula; a sua indicação fora feita pelo núncio apostólico de Paris, que mais tarde se tornaria o papa João XXIII. Trabalhou em Pelotas na decoração da Catedral São Francisco de Paula e como professor da Escola de Belas Artes. Trouxe sua esposa, teve filhos, e tornou-se professor do Instituto de Artes da UFRGS. Veio a falecer em 03/09/1962, aos 47 anos. Aldo Locatelli nascera em Bérgamo, na Itália, em 1915, numa família humilde; na infância, ficara impressionado com a restauração da igreja de sua terra natal. Em 1931, iniciou um curso de decoração, onde teve contato com obras de Rafael, Botticelli, Miguelangelo e outros grandes pintores. Entre 1943 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhou em sua primeira obra. Quando recebeu o convite do Bispo de Pelotas, estava pintando a catedral de Gênova.

contribuição de Locatelli foi significativa, pois conferiu ao novo curso o “status” de contar com um professor europeu, o que valorizou imensamente a instituição.

Finalizando esta investigação a respeito do processo de criação da EBA, é oportuno lembrar que no momento da fundação do curso a cidade de Pelotas não mais era caracterizada pela opulência econômica que tivera no passado⁸. Porém, tendo perdido poder econômico, seguia cultivando, talvez até com maior intensidade, o interesse pela cultura. Valorizar e possuir instituições culturais manteria a cidade em um pedestal que a distinguiria de outras localidades e reforçaria o mito de cidade cultural no contexto gaúcho e brasileiro. Não mais possuindo importância econômica, tentaria compensar isto através de bens simbólicos. Até os dias de hoje Pelotas tenta tirar partido deste “capital cultural” que seria herança dos tempos de opulência das charqueadas.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas**. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (coleção memória da educação)

_____. **A Imprensa Periódica Educacional no Brasil (1808-1944)**. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara (Orgs). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural - entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

CUNHA, Maria Teresa S. **Do Baú ao Arquivo: Escritas de si, escritas do outro**. *Patrimônio e Memória (UNESP. Online)* v.3, p. 1-18, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida. **História Oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

⁸ Sobre o período áureo de opulência e cultura da cidade, ver Magalhães, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). **Pensadores Sociais e a História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A Ilustre Pelotense – tradição e modernidade em conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalidade**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed., Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPES, Eliane Marta; GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a Memória e o Arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996

_____. **História das Instituições Escolares e das Práticas Educativas**. Braga: Universidade do Minho, 2000.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Um Estudo Sobre a Cidade de Pelotas (1860 - 1890)**. 2º ed. Pelotas: Editora da UFPel-Livraria Mundial, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes de História da Educação?** In Educar em revista nº 18 Curitiba: Editora UFPR, 2001. p. 13-28.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das Instituições Escolares: de que se fala?** In: I Jornada do HISTEDBR - Região Sul: História, Sociedade e Educação no Brasil, 2002, Ponta Grossa. p. 1-16.

_____. **Identidade Institucional: papel dos gestores na preservação da história Institucional. Pesquisa em História da Educação: Perspectivas comparadas. Anais do VII Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. Pelotas, ASPHE, p. 301-317, maio de 2001.

Periódicos

DIÁRIO POPULAR (1946 – 1972)

A OPINIÃO PÚBLICA (1946 -1972)